

# AO SOM DA BIGORNA

## OS FERREIROS NO QUOTIDIANO URBANO DE ARRIFANA/PENAFIEL NO SÉCULO XVIII<sup>1</sup>

TERESA SOEIRO UP/ Faculdade de Letras, Investigador CITCEM

**RESUMO** De entre os mestres artesãos de Arrifana de Sousa (Penafiel), os mais numerosos no século XVIII seriam os profissionais da forja, que atrovam o quotidiano urbano, como notaram os visitantes, com o constante bater nas suas bigornas, onde se fazia todo o tipo de obra, quer a essencial para uso doméstico e exercício das demais profissões, quer a que marcou o próprio edificado, ruas preenchidas com as características grades de sacada, os espelhos de porta e batentes decorados. As autoridades municipais não os ignoraram, dotando a profissão de regimentos e penalizando as utilizações indevidas do espaço público para onde extravasava a actividade laboral provocando queixas dos demais cidadãos. Mas em dia de festa da comunidade, na procissão do Corpo de Deus, cabia-lhes um especial papel, pois para além de apresentarem a *dança das espadas*, o poder municipal atribuiu ao *Baile dos Ferreiros* o privilégio de formar na rua a guarda de honra às autoridades e sagrado. Destas forjas penafidenses saíam também excedentes de pregaria e milheiros de candeias de ferro transaccionados na feira ou reunidos por homens de negócio (do Porto) que as distribuíam no país, enviavam para o Brasil e exportavam. Materialidade arqueológica e informação documental sobre o exercício da profissão em Arrifana/Penafiel, impacto na arquitectura, tecnologia e imaterialidade da intervenção social na construção da identidade são os objectos de estudo.

**PALAVRAS-CHAVE** Arrifana de Sousa, Penafiel, ferreiros, trabalho do ferro, regimentos dos ofícios, dança das espadas

### INTRODUÇÃO

«He povo de seiscentos visinhos, em que entrão alguns fidalgos e nobres, os mais são artifices, particularmente de malho, lima e agulha». Assim caracterizava Carvalho da Costa (1706, v.1, p. 384), na viragem para setecentos, o velho burgo de Arrifana de Sousa, então pertencente ao termo do Porto. Embora tivesse gente de importância e algumas edificações relevantes, eram os seus artifices e as duas concorridas feiras que davam personalidade a este aglomerado nascido no final da Idade Média, sobre a estrada real que conduzia do litoral a Trás-os-Montes e à Beira.

De entre os mestres artesãos avultavam ao tempo os ligados à forja, de malho e lima. Que a importância destas profissões vinha pelo menos do século anterior sabemos-lo, por exemplo, pelo temor da concorrência expresso no *Compromisso dos Serralheiros* da cidade do Porto, de 1692 (Ferreira, 1967, p. 221), em cujo capítulo 6 se proibia expressamente: «que nenhum official de serralheiro poderá comprar obra de Arrifana...., para tornar a vender». Recordemos que, pertencendo então Arrifana de Sousa ao termo do Porto, as obrigações e exames deveriam ser os desta cidade, não se colocando a questão da eventual falta de qualidade.

F. Albuquerque / MMPNF



1. Forja de Fernando Soares (Cans, Rio de Moinhos).

Os *candeeiros de Arrifana* eram exportados para outros países precisamente pela barra do Porto (Silva e Cardoso, 1997, p. 182 e 194).

Ferreiro de excepção no século de quinhentos foi Afonso Fernandes Barbuz, que granjeou fama de santidade por ter transformado a sua casa em albergue para doentes e necessitados, particularmente nos difíceis anos da peste (1577). E como pensava que para além da morte os homens também necessitariam de assistência, Afonso Barbuz seria ele próprio um ementador

1. Este trabalho é uma síntese de parte do texto *Os ofícios do ferro em Penafiel: I ferreiros e candeeiros*, realizado para o Museu Municipal de Penafiel ao abrigo do PAQM - (P2) Programa de Apoio à investigação e ao Estudo de Coleções, da Rede Portuguesa de Museus, que aguarda publicação.



2. Forja de Belmiro Duarte (Quintela, Fonte Arcada).

de almas, estando na raiz da respectiva irmandade, erecta na igreja matriz: «*madrugãdo todas as sextas feiras para lançar agoa benta nos cemiterios; e he fama constante, que os defuntos se levantavão das sepulturas, e andavão em circuito das igrejas com elle em procissão. Ordenando outrosi o louvavel costume de as encomendar de noite com campainha*» (Cardoso, 1657, p. 483).

Também podemos avaliar a relevância destes grupos profissionais pelo papel fundamental que lhes estava reservado na procissão do Corpo de Deus onde, segundo o tombo de 1657, apresentavam *como sempre foi costume* a Dança das Espadas (Soeiro, 2000/1, p. 204).

Continuou esta dança a ser da obrigação dos ofícios do ferro até à extinção das corporações com a vitória liberal, mantendo sempre idênticas características, bem explicitadas no tombo de 1705 (Soeiro, 2000/1, p. 210-211). Aliás, estas perduram no actual *baile dos ferreiros* que, mais de trezentos e cinquenta anos depois de inscrito no primeiro tombo conhecido, continua a apresentar-se anualmente na cidade de Penafiel, por ocasião da procissão do Corpo de Deus. Os trajos e a coreografia seguem o modelo antigo, o discurso, porém, é oitocentista, adequado aos tempos do *progresso*, uma exaltação do trabalho como suporte do poder e da criação de riqueza. Tal longevidade em muito fica a dever-se ao reconhecimento e identificação da cidade com o antigo mester, tanto mais que aos ferreiros do *Corpus* foi atribuída, desde o século XIX, a especial função de guarda de honra do sagrado e das autoridades (Soeiro, 2000/1).



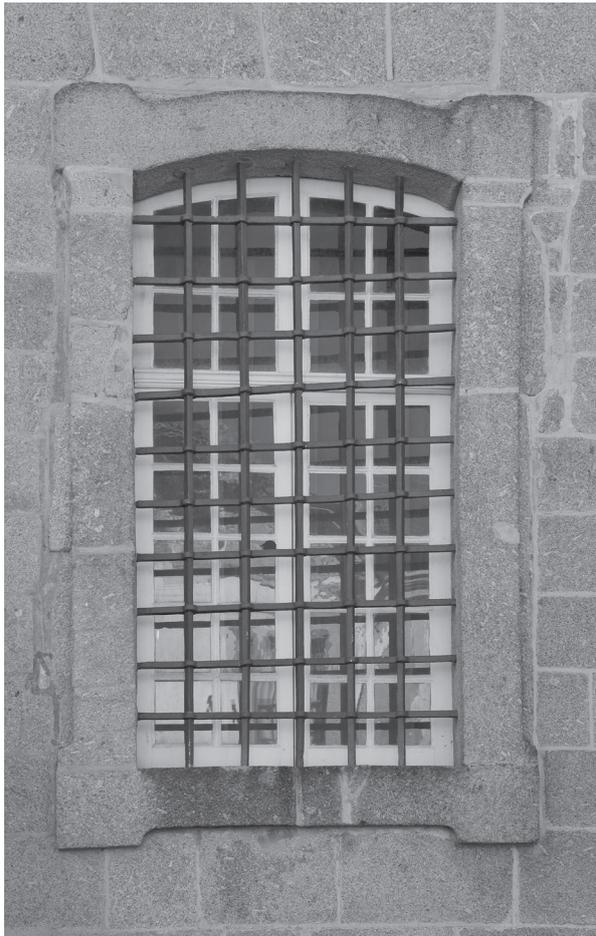
3. Safra, na forja de Quintela.

Elevada a vila a 14 de Março de 1741, por mercê de D. João V, a Câmara de Arrifana de Sousa, agora cabeça do pequeno concelho que abarcava apenas a própria freguesia de S. Martinho e parte da contígua de Santiago, tratou desde logo de regulamentar o trabalho exercido pelos mesteirais, obrigando-os a possuir carta de exame (AMPNF – A4, acta 1741/11/25).

Estavam também em elaboração os regimentos dos ofícios que, neste primeiro momento, contemplaram apenas os grupos mais significativos: alfaiates, candeeiros, carpinteiros, estalajadeiros, ferradores, ferreiros, moleiros, sapateiros, serralheiros, tamanqueiros e tecedeiras (Soeiro, 1993). Note-se que desta curta lista, de onze profissões, quatro estavam ligadas às artes da forja.

Apesar destes regimentos (ver anexo) se limitarem a enunciar as obras e o respectivo preço, vemos que a divisão das tarefas estava, nesta primeira metade de setecentos, bastante clara. Os ferreiros eram essenciais para que outros profissionais pudessem desenvolver as suas actividades: faziam os instrumentos básicos para os carpinteiros (machados, enxós, serras com a travadeira e pregos) e os pedreiros (marras, picões, buchas, palmetas e cunhas). Também a agricultura dependia deles, para fabricarem ou consertarem as alfaias (machados, foices e podões, enxadas, sachos, ancinhos e ferros de arado e charrua) e mesmo os chocalhos do gado. Peças em ferro eram ainda necessárias ao fabrico e reforço dos carros. Para aplicação no lar, destinados à confecção e serviço de alimentos, são

F. Albuquerque / MMPNF



4. Grade malhetada.

mencionados sertãs, trempes, grelhas e espetos de cozinhar, e as colheres ou conchas de distribuir o caldo. Na cópia do livro de acordãos de 1751 (AMPNF – A7) reforçava-se a obrigação de cada mestre de loja estar munido não só da carta de exame como de uma certidão do regimento e de outra que atestasse a actualidade dos preços aí mencionados. Acrescenta-se ainda um item relativo aos lixos poluentes resultantes do trabalho da forja, que por forma alguma poderiam ser despejados para a via pública.

Do conjunto dos ferreiros destacou-se, pelo menos no século XVIII, um grupo especializado no fabrico de candeias. Esta viria a ser uma especificidade penafidense, com grande sucesso de vendas para o mercado nacional e para exportação, que se manteve até à afirmação dos produtos industriais. O preçário do regimento contempla a venda dos diversos modelos por unidade e à dúzia, com redução do custo. Os contratadores reuniam-nas e tratavam do seu envio para o exterior, aos milheiros ou milheiros de dúzias.

Os serralheiros estariam mais vocacionados para o fabrico dos elementos de articulação e clausura a utilizar na construção civil (ferrolhos, aldrabas, fechaduras, chaves e dobradiças) e no mobiliário (de caixas e gavetas, além de ferragens de camas).

Passaremos agora a considerar as poucas informações de que dispomos sobre a distribuição espacial destes profissionais na área da vila de Arrifana, para o que recorreremos ao *Livro do Arruamento*, realizado em 1762, apresentado neste congresso por Helena Bernardo<sup>2</sup>. Nesta fonte, que nos indica os proprietários e arrendatários das casas, enumeradas sequencialmente por ruas, confirmámos, em primeiro lugar, os dados globais obtidos nos registos paroquiais (Santos, 1979; Marques, 1974; Duarte, 1972), ou seja, a preponderância do grupo profissional dos ferreiros,

2. Veja-se essa comunicação para a caracterização da fonte documental referida, bem como para uma aproximação ao desenho urbano setecentista de Arrifana de Sousa.

F. Albuquerque / MMPNF



5. Peças macho e fêmea para montagem da grade.



6. Grade de balaústres.

F. Albuquerque / MMPNF



7. Batentes de porta zoomórficos.



8. Grade com monograma e data 1858.

cinquenta e três entre mestres e oficiais, a que haveria que acrescentar os aprendizes. Temos como designações para os vinte e dois mestres, em princípio os únicos que podiam ter estabelecimento próprio, a de *mestre ferreiro* (17), *mestre ferreiro de talho* (1), *mestre ferreiro de pregos* (1) e *mestre ferreiro de folha* (2). Os demais profissionais são tratados por ferreiro, oficial de ferreiro ou lavrador de ferros (2), não havendo menção a candeeiros. Já os serralheiros eram bastante menos, oito, poucos se comparado com a presença nos registos paroquiais, até porque apenas cinco eram mestres. Os quatro ferradores têm todos esta categoria. Dos números anteriores resultariam cerca de três dezenas de forjas, cujo contínuo bater atroava os ares. Dentro da malha urbana, a distribuição dos profissionais ocorria de forma bastante diferenciada, habitando vinte e dois ferreiros e quatro serralheiros sobre a estrada real, para baixo (noroeste) da igreja matriz (rua do Carmo e início da rua Direita). Neste troço do itinerário principal, que vinha do Porto, podemos encontrar sete dos mestres ferreiros.

Sucede-lhe a rua Direita, até à Ajuda, com a característica de que aqui os ferreiros são apenas dois, oficiais, desaparecendo as forjas nitidamente à medida que nos aproximamos do centro mais nobilitado. Voltam a ser presença assídua na restante estrada real, saída pela rua de Cimo de Vila, onde deparamos com nove ferreiros, dos quais sete são mestres, e dois serralheiros (1 mestre), além de três ferradores, todos mestres. Quando, a 3 de Março de 1770, Arrifana de Sousa foi elevada à categoria de cidade, recebendo um concelho de considerável extensão (Soeiro, 1993 e 2005), as dificuldades da Câmara para controlar os mesterais de todo este novo território multiplicaram-se exponencialmente, particularmente nas freguesias rurais, até aí pertencentes a outros termos. À situação de falta de regulamentação pretende obviar a decisão tomada em 1772, para que: «fize-se saber aos almotaces que, nesta cidade e seu termo, se achavão innumeráveis pessoas dos officios mecanicos sem serem examinados em o

*que podia rezultar prejuizo ao povo e por isso devião os mesmos almotacés examinar pelos officiaes das freguezias respectivas, ... fazendo para isso notificar as mesmas pessoas para virem as suas audiencias apresentar suas cartas de exame»* (AMPNF - A13 acta, 1772/10/7).

Mas, olhando para o registo das cartas de exame do ofício (Soeiro, 2003/4, p. 22-24), tão escasso nas seis décadas que decorreram até à abolição das corporações, ficamos com a impressão que os oficiais não examinados deveriam continuar a ser muitos, mesmo na cidade.

À medida que nos aproximamos do final do século, a diversificação dentro das artes do ferro aumenta, ou pelo menos é essa a percepção que tem a Câmara, pois em 1791 (AMPNF – A13 acta, 1791/5/7), ao promover novas eleições para juiz do ofício refere quatro ramos: ferreiros de talho, ferreiros de candeeiras, ferreiros de fechaduras e ferreiros de pregos e tacha. Existem ainda os serralheiros ou ferreiros serralheiros como os vemos designados nas primeiras décadas do século seguinte. Depois de consolidada a vitória liberal, foi no abrangente recenseamento eleitoral de 1836 (AMPNF - A 1590 a 1621) que pudemos encontrar um levantamento de profissões cobrindo toda a área do município de Penafiel. Nele verificámos, em primeiro lugar, que continuava a existir um núcleo oficial do ferro com alguma expressão na cidade, onde foram recenseados cinco ferreiros, dez candeeiros, dez serralheiros e um tacheiro, profissões estas que só aqui se acolhem. Os ferreiros dispersavam-se pelas freguesias rurais, havendo forja em pelo menos metade delas.

Cabe aqui uma reflexão sobre estas duas realidades: as forjas urbanas, onde seriam realizados produtos destinados ao mercado local mas também os vinculados à exportação organizada pelos negociantes; e os ferreiros rurais que serviriam as necessidades quotidianas da clientela da sua freguesia e de algumas vizinhas desprovidas desta arte, mas que não encontramos nas grandes feiras a vender excedentes.

A maioria do ferro a ser lavrado nas forjas penafidenses teria a sua origem fora do país, entrando em Portugal pelos diversos portos. Muito proviria da bem fornecida e tecnicamente evoluída região da Biscaia, de onde também procediam alguns técnicos a trabalhar no país. Aliás, em diversas décadas dos séculos XVI e XVII esta é a mercadoria mais constante nas cargas transportadas pelos barcos provenientes daquela região (Guimarães, 2006). Duarte Nunes de Leão, em 1610 (fl.42v), expressou bem esta situação dizendo: «Mas como Reino staa aa costa do mar tam perto de Vizcaia donde aos lugares maritimos vem tanto ferro, pregadura e ferragem, nam curam de tomar trabalho de aa enxada o tirar da terra, porque nisto fariam mais custo que em o comprar».

F. Albuquerque / MMPNF



9. Fabrico da voluta na forja (Fonte Arcada).

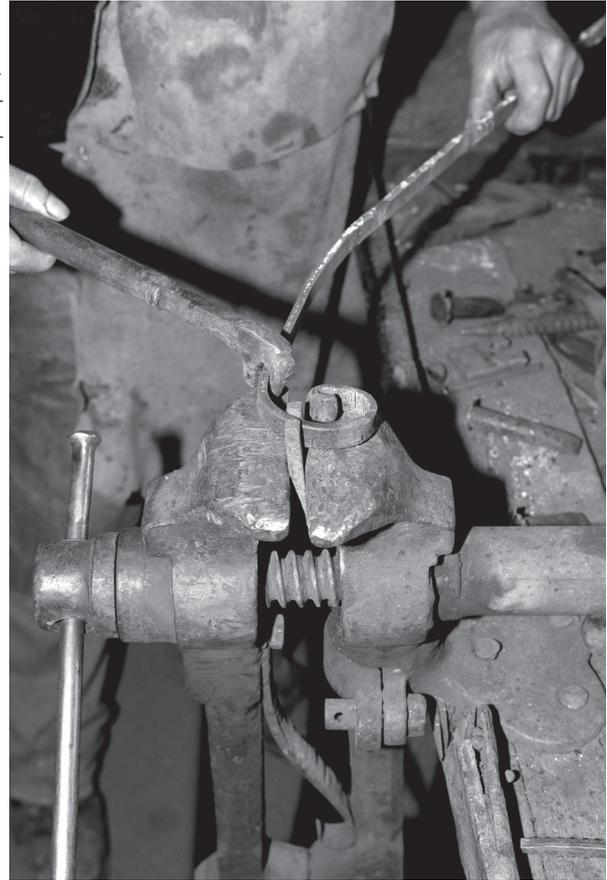
De como os negociantes do Porto faziam chegar o ferro *do mar* até às forjas onde era trabalhado é algo que conhecemos pior. Um ou outro manteve casa e empregados em Penafiel, muitos mais estavam presentes nas feiras, para incómodo dos comerciantes locais.

Também para escoar as produções especializadas, de candeias por exemplo, eram precisos negociantes ou contratadores de maior rasgo do que um simples mestre, já que no século XVIII eram exportadas aos milheiros, muitas enviadas para o Brasil, negócio que se foi perdendo por obsoleto, como reconheceu o Inquérito Industrial de 1881 (*Relatório*, 1881, p. 29) e retratam os escritores oitocentistas (Leal, 1875, p. 583; Ortigão, 1887, p. 68-69).

Numa representação datada de 1863, congratulando-se pelos efeitos benéficos da construção da estrada Porto-Penafiel, que teria levado à duplicação dos valores movimentados no comércio e indústria, a Câmara fez um balanço optimista da actividade económica no município (AMPNF – A 123 *correspondência expedida*, 1863/9/20).

Confiantes no progresso, os penafidelenses viam sem mágoa a sua terra tornar-se cada vez mais num centro terciário, onde as fábricas dificilmente mereciam esse nome e a produção artesanal decaía continuamente, com raros fogachos de enganador sucesso, como sucedeu com a tamancaria (Soeiro, 2003/4, p. 29-33).

F. Albuquerque / MMPNF



10. Preparação dos S no torno, com gato.

Mas, mesmo olhando para os sobreviventes, destacava-se o apoucamento dos ofícios do ferro, há algumas décadas os mais importantes da cidade. Os cinco mil reis de produção dos ferreiros não só se distanciam do valor alcançado pelo têxtil-linho e correaria (20mrs), ou tamancaria (15mrs), como já representavam apenas 10% dos montantes envolvidos no comércio das ferragens.

Acabaremos esta curta resenha sobre as velhas forjas com um autor local, Coriolano de Freitas Beça (1896, p. 33), que corrobora os anteriores: «*a proposito de candeias, que ensurdecadora musica a do martelar dos candieiros da rua do Carmo nas suas bigornas na laboração do antiquado artefacto! O progresso deve de ter acabado de todo com essas industria, que foi consideravel em Penafiel. Quem se alumiará ainda hoje com azeite ou oleo de purgueira? De certo que nem na mais remota aldeia se encontrará já um exemplar da antedilluviana luminaria, que o petroleo exterminou. E no entanto, espetada no competente velador em cosinha pobre alumiano umas simples fandeiras de estopa grossa, tinha o seu quê de poesia*».

Podemos tomar como marco desta viragem a abertura das fundições na cidade do Porto em meados desse século (Santos, 2000; Queiroz, 2001) pois, no contexto de um mercado fortemente regionalizado, foi o seu sucesso, multiplicado por outras pequenas unidades



11. Grade com decorações em chumbo.



12. Pormenor das flores e lacetes aplicados.

dispersas nas redondezas, que determinou o fim da idade de ouro do mestre ferreiro, processo que correu a par com a expansão do comércio de produtos da nova indústria metalomecânica, que ia tomando lugar nos armazéns e lojas de Penafiel.

Hoje, totalmente desaparecidas da cidade, tivemos de procurar nas freguesias rurais as forjas que testemunhassem o ofício. Um levantamento sistemático levou-nos até uma oficina existente em Rio de Moinhos, abandonada mas com grande parte do equipamento montado, que felizmente acabou por ser doado ao Museu Municipal. Numa outra freguesia, Fonte Arcada, o ferreiro ainda toca o velho fole para realizar na bigorna, ou na muito antiga safra, os trabalhos que lhe encomendam. Descendente de várias gerações de mestres desta arte, foi precioso o auxílio que nos prestou para identificação de instrumentos e compreensão dos processos de fabrico, de que não cabe falar nesta ocasião.

Recordemos apenas alguns dos tradicionais trabalhos de ferreiro, como o fabrico e colocação dos gradeamentos que integram o edificado. E começemos pelas grades malhetadas, de muito longa duração, aplicadas em templos, habitações e anexos como protecção fixa contra a intrusão pelos vãos. Não encontramos na cidade grades nas habitações que apenas sejam a estrutura de ferro simples resultante da retirada das componentes em madeira.

Também as protecções montadas apenas com balaústres de secção circular, decorados com nós que quebram a verticalidade, ao gosto setecentista, são raras e de datação insegura. Dois edifícios que as apresentam, o adquirido para residência episcopal e o palacete Pereira do Lago, existiriam de facto na segunda metade do século XVIII e são de traça erudita, podendo por isso, com facilidade, seguir a moda da

capital. Mas, como sofreram remodelações posteriores que alteraram os alçados, a atribuição cronológica das grades torna-se duvidosa. Outras casas de programa mais simples também as exibem.

Será já no século XIX que os gradeamentos em ferro se irão multiplicar, a par da mudança de gostos e da valorização do arejamento e insolação como fontes de saúde, que a postura municipal de 1818 reflecte (AMPNF-A19, actas, 1818/3/14), ao mandar retirar as rótulas: «fossem notificados todos os proprietarios, ou moradores das cazas desta cidade que tivessem rotolhos ou grades, do peitoril para sima, tanto em janelas de sacada, como nas de peitoril, para que dentro do termo de quinze dias depois da noteficação tirem os ditos rotolos, ou grades, pena de seis mil reis de condenação pagos da cadeia, e serem tiradas as ditas grades ou rotolos por ordem deste senado a sua custa, para evitar a desfurmedade publica que recebe a cidade, ficarem as cazas mais aciadas e arijadas».

Dispomos de grades datadas em edifícios civis e religiosos desde a década de cinquenta deste século XIX, quando elas passaram a imperar, mais trabalhadas e variadas do que antes, protegendo as janelas de peitoril e sacada, mesmo estreitas varandas, ou formando portões. Estão presentes em quase todas as fachadas, agora amplamente abertas, patenteando composições decorativas geométricas e fitomórficas. Os elementos básicos são forjados, trabalhados na bigorna e no torno de pé, neste caso com o *caracol* ou o *gato*. Assim se faziam volutas, SS, oitos, palmetas, cordiformes, gregas, círculos, elipses, arcos apontados e outras figuras geométricas, muito repetitivos, prontos a serem unidos por cravos e abraçadeiras, na maior parte dos exemplares segundo desenho pouco sofisticado, em disposição corrida ou de painéis que se repetem/intercalam, delimitados por frisos. Casos há em que é dado

realce ao painel central - apresentando monograma, data, açafates floridos – e outros que podemos dizer exuberantes, portões e grades muito trabalhados, personalizados com monogramas e insígnias, se o encomendador era de posses.

Ao montar as várias peças que formavam o gradeamento, as uniões cravadas foram muitas vezes disfarçadas por lacetes de chumbo moldurados que as cobriam. Também algumas pontas mais inestéticas se disfarçavam com tremidos ou desapareciam sob aplicações de chumbo em forma de *lírio*. A mesma técnica de utilização do chumbo fundido e moldes bivalves permitiu, com frequência, que *flores* cobrissem os pontos de encontro dos ferros. Os ângulos superiores das grades de sacada e varanda terminavam em espigão, onde se encaixavam os remates em forma de pinha ou de urna, por exemplo, igualmente feitos em chumbo fundido ou de madeira. Em ferro forjado se executava a armação dos *papagaios*, separadores existentes nas longas sacadas e varandas corridas.

As entradas dos edifícios, em corredor, apresentar-se-iam mal iluminadas, dispendo muitas vezes as pesadas portas de postigos para arejar e iluminar o interior, protegidos por grades de ferro, numa obsessão em impedir quaisquer possíveis intrusões ao nível do rés-do-chão. Usavam-se também muito as meias-portas e portões baixos que, aberta a porta de madeira, deixavam a luz entrar, mas não franqueavam a passagem.

Espelhos de porta decorados seriam vulgares nas residências penafidelenses até à primeira metade do século XX. Para as fechar, e chamar, temos as aldrabas/batente que permitem uma abertura fácil, mas também os batentes zoomórficos, de fabrico bastante básico, figurando cães ou sardões/lagartos em atitude agressiva, boca aberta (mostrando os dentes) e cauda

F. Albuquerque / MMPNF



13. Molde para os lacetes de chumbo.

levantada, postura de defesa da entrada da casa face a quem a ela acedia a partir do espaço público. O seu valor apotropaico era ainda reforçado pelas frequentes terminações dos espelhos em cruz e pela adição, na face interna, de outros elementos afugentadores das *coisas ruins* como a ferradura ou o sino-saimão e, no momento anual de maior perigo, pela colocação das maias no próprio buraco da fechadura.

Como vimos no regimento setecentista, eram os ferreiros que preparavam os aros e demais ferragens dos carros de bois, bem como ferravam as rodas das carroças, de arco fechado, metido à pressão, para o que possuíam as respectivas pedras de vergar e de ferrar. Para servir o trabalho agrícola, uma das tarefas mais repetidas pelo ferreiro seria, e ainda hoje é, a de aguçar e calçar a ferramenta, e muito particularmente as foicinhas de cortar erva para o gado, usadas quotidianamente. Devia apagar o resto dos dentes no rebole, levá-las à forja e depois, no banco de picar, dotá-las de nova fiada de dentes, enrijecidos na tempera final,

F. Albuquerque / MMPNF



14. Molde para lírios e outros remates.

entre fogo e água. Competia-lhe também fazer os ferros de arado e as aivecas de substituição, mesmo para as charruas industriais, para o que dispunha da respectiva pedra das aivecas.

Para a habitação, preparava as mais diversas peças de que escolhemos, como exemplo de trabalho cuidado, uma artística braseira em tudo idêntica ao exemplar bragançano que Fernando Galhano desenhou, comentando que o modelo era comum por todo o país (Galhano, 1968, p. 134), suporte de um fogo fácil de transportar, e dois longos espetos de assar, com dispositivo para serem rodados e assim se obter uma mais uniforme cozedura do alimento.

Nas covas abertas na *pedra das colheres*, muitas vezes na própria soleira da porta da oficina, batia-se com o martelo de bola uma bem aquecida rodela de ferro com longo rabo que dava origem à concha do caldo. Este era, desde a primeira metade do século XIX, feito muitas vezes no pote fundido de três pernas que, de tanto estar ao lume, precisava de ter o seu fundo ciclicamente remendado, assim como as pernas, sujeitas a forte desgaste.

E acabamos com dois grupos de objectos em ferros destinados ao serviço público existentes ao Museu: as balanças de ganchos e romanas com os respectivos pesos aferidos, obrigatórias nas lojas e tendas de vendagem, e os curiosos cestos do antigo sistema público de sinalização por facho, a cargo das Companhias de Ordenanças, dentro dos quais se acendiam as pinhas pezgadas ou outro combustível que produzisse a luz forte necessária à rede de sinais de comunicação.

Afinal, razão tinham os ferreiros da *dança das espadas* ao cantar:

*«A nossa arte é o ferro  
com ella vimos dançar  
sem nos trabalharmos primeiro  
ninguem pode trabalhar.*

.....

*Nem os reis podem ser reis  
se lhe faltar os ferreiros  
com o ferro se vence a guerra  
com o ferro se cunha o dinheiro».*

F. Albuquerque / MMPNF



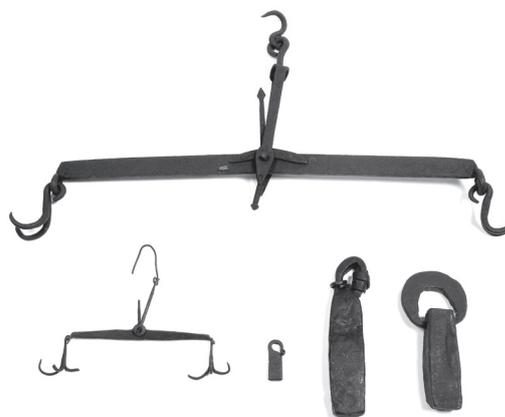
15. Braseira.

F. Albuquerque / MMPNF



16. Espetos para assar.

F. Albuquerque / MMPNF



17. Balanças de ganchos e pesos.

F. Albuquerque / MMPNF



18. Cestos de facho.

## ANEXO DOCUMENTAL

1742 – Regimentos dos ofícios de ferreiro e candeeiro da vila de Arrifana de Sousa, acordados em acto de Câmara de 26 de Maio (AMPNF – A 4 Livro de registo dos acordãos e mais coisas pertencentes à Câmara)

«Regimento dos Ferreiros de Talho desta Villa

[1742]

<i>Por hum machado novo de carpinteiro bem calcado coatrocentos reis</i>	400
<i>Hum machado de lenha sendo bem feito e bem calcado coatrocentos e sincoenta reis</i>	450
<i>Huma inxó de carpinteiro bem acabada cento e oitenta reis</i>	180
<i>Huma fouçe ruçadoura grande duzentos e corenta reis</i>	240
<i>Huma fouçe de podar duzentos e vinte reis</i>	220
<i>Hum podão bem feito cento e sincoenta reis</i>	150
<i>Huma machadinha duzentos e corenta reis</i>	240
<i>De calçar hum machado de carpinteiro cento e secenta reis</i>	160
<i>De calçar hum machado de lenha cento e vinte reis</i>	120
<i>De calçar huma fouçe ruçadoura cento e corenta reis</i>	140
<i>De calçar huma fouçe de podar cento e vinte reis</i>	120
<i>Huma serra braçal de oito palmos seiscentos reis</i>	600
<i>Huma serra de mão de carpinteiro cento e vinte reis</i>	120
<i>Huma travadeira de serra secenta reis</i>	60
<i>Huma inxada grande bem feita coatrocentos e sincoenta reis</i>	450
<i>Huma meam trezentos reis</i>	300
<i>Huma chocalha boa duzentos e corenta reis</i>	240
<i>Huma sertam grande de hum palmo e tres dedos quinhentos e sincoenta reis</i>	550
<i>e sendo outra maior setecentos e sincoenta reis</i>	750
<i>O arratel de trempe secenta reis</i>	60
<i>Huma grelha darratel a oitenta reis</i>	80
<i>Huma colher grande cem reis</i>	100
<i>huma mais pequena corenta reis</i>	40
<i>outra mais pequena trinta reis</i>	30
<i>Hum espeto de seis palmos duzentos reis</i>	200
<i>outro mais pequeno cento e vinte reis</i>	120
<i>O arratel de marras de pedreiro a cem reis</i>	100
<i>O aratel vuxas palmetas e cunhas a secenta reis</i>	60
<i>Hum fuzil de serra braçal secenta</i>	60
<i>Hum prego de palmo dez reis</i>	10
<i>Hum cento de pregos taboares cento e corenta reis</i>	140
<i>Hum cento de pregos caibrares duzentos e corenta</i>	240
<i>Hum cento de pregos faiares cem reis</i>	100
<i>Hum cento de tachas sincoenta reis</i>	50
<i>Huma foucinha oitenta reis</i>	80
<i>Hum ancinho cem reis</i>	100
<i>Hum sachó de sachar milho oitenta reis</i>	80
<i>Hum sachó de sachar cento e vinte reis</i>	120
<i>Hum sachó de bico corenta</i>	40
<i>O arratel de chapa de carro e pregos a secenta reis</i>	60
<i>e dando o ferro o lavrador serão o feitio a trinta reis</i>	30
<i>De chapiar huma inxada e calçalla duzentos e corenta reis</i>	240
<i>Huma inxada calçada com hum arratel de asso cento e oitenta reis</i>	180
<i>Huma verga de asso em huma inxada cento e corenta reis</i>	140
<i>De calçar huma sacholla de asso cem reis</i>	100
<i>O arratel de ferro de arado e charrua a secenta reis</i>	60
<i>O arratel de picóis novos bem calçados a oitenta reis</i>	80

## Regimento do Offício de Candeias

[1742]

Por huma duzia de candeias grandes abertas mil e sincoenta reis	1050
Por huma duzia de candeias fechadas comuas mil e cem reis	1100
Por huma duzia de candeias mians setecentos e vinte reis	720
Por huma duzia de candeias muleirinhas seiscentos e sincoenta reis	650
Por huma duzia de candeias curiosas dois mil e coatrocentos reis	2400
Por huma candeia de tres lumes	800
Por de dois lumes setecentos reis	700
Por huma candeia de crus direita cento e sincoenta reis	150
Por huma candeia aberta cem reis	100
Por huma candeia fechada cento e vinte reis	120
Por huma candeia miam setenta reis	70
Por huma candeia mularinha secenta reis	60
Por huma candeia curoza de garabato e massaneta trezentos reis	300

## FONTES DOCUMENTAIS

## Arquivo Municipal de Penafiel

AMPNF – A 4 Livro de registo dos acordãos e mais coisas per-tinentes à Câmara.

AMPNF – A 7 Livro de registo dos acordãos da cidade de Penafiel, 1805 [cópia dos acordãos de 1751].

AMPNF – A 13 Livro de registo dos acordãos e mais coisas per-tinentes à Câmara.

AMPNF – A 16 Livro dos acordãos e actos da Câmara.

AMPNF - A 19 Livro de registo dos actos da Câmara.

AMPNF – A 123 Livro copiador de correspondência expedida.

AMPNF – A1445 Livro do arruamento desta cidade, 1762.

AMPNF – A 1590 a 1621 Livro(s) de recenseamento a que mandou proceder o decreto de 8 de Outubro de 1836 para a eleição de deputados na freguesia de..., 1836.

## BIBLIOGRAFIA

BEÇA, C. de F. (1896) – *Penafiel. Hontem e hoje. Recordações e impressões*. Penafiel: Typ. de O Penafidense.

CARDOSO, G. (1657) – *Agiolégio Lusitano*, vol. 2, Lisboa: Na officina de Henrique Valente d'Oliveira.

COSTA, A. C. da (1706) – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, vol. 1, Lisboa: Na officina de Valentim da Costa Deslandes.

DUARTE, M. C. dos S. D. de O. (1972) – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760 -1784 (ensaio de demografia histórica)*. Porto: ed. autor.

FERREIRA, J. A. P. (1967) – *Nossa Senhora da Silva, bosquejo histórico, o culto, a confraria, os hospitais*. Porto.

GALHANO, F. (1968) – *Objectos e alfaias decoradas do Museu de Etnologia do Ultramar. I – Portugal metropolitano*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

GUIMARÃES, J. A. G. (2006) – Relações comerciais entre a Barra do Douro (Porto-Gaia, Portugal) e os portos do Golfo de Biscaia, desde a Idade Média até ao reconhecimento da independência do Brasil (1825). *Memoria. Revista de Estudos Marítimos del País Vasco*. San Sebastián, 5.

LEAL, A. S. A. B. de P. (1875) – *Portugal antigo e moderno*, vol. 20, Lisboa: Liv. Ed. de Mattos Moreira.

LEÃO, D. N. de (1610) – *Descripção do reino de Portugal*. Em Lisboa: impresso com licença por Iorge Rodriguez.

Mappa (1857) – Mappa demonstrativo do preço médio dos salários dos operarios nos trabalhos ruraes e artes mecanicas neste districto no anno de 1856, in *Relatório da Junta Geral do districto do Porto*. Porto.

MARQUES, M. L. de S. P. (1974) – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730 - 1759 (ensaio de demografia histórica)*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.

ORTIGÃO, R. (1887) – *As farpas: o país e a sociedade portuguesa*, v. 1, Lisboa: Companhia Nacional Editora.

*Penafidense* (O) (1878) – Penafiel, 1878/2/15.

QUEIROZ, J. F. F. (2001) – Subsídios para a história das fábricas de fundição do Porto no século XIX. *Associação Cultural Amigos do Porto. Boletim*. Porto, 3.ª série, 19, p. 141-185.

SANTOS, G. M. M. F. (1979) – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700 -1729 (ensaio de demografia histórica)*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.

SANTOS, M. M. (2000) – *Os capitais metalomecânicos em Portugal 1840-1920*. Porto: ed. autor.

RELATÓRIO (1881) – *Relatorio apresentado ao Excmo Srr Governador Civil do districto do Porto pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira.

SILVA, F. R. da e CARDOSO, A. M. de B. (1997) – Intercâmbios comerciais entre o norte de Portugal e a Galiza na viragem do século XVII para o século XVIII. *Douro - Estudos e documentos*. Porto, 2:4, p. 215-220.

SOEIRO, T. (2003/4) – Pauzeiros, tamanqueiros, sapateiros e officios correlativos. *Cadernos do Museu*. Penafiel, 8-9, p. 5-76

SOEIRO, T. (2000/1) – Os dias grandes. *Cadernos do Museu*. Penafiel: Museu Municipal, 6/7 p. 137-220.

SOEIRO, T. (1993) – *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910*. Porto.

SOEIRO, T. (2005) – Penafiel, composição de um espaço administrativo. *Cadernos do Museu*. Penafiel, 10, p. 101-209.